

Ciência da Informação e o indivíduo privado de liberdade

Information Science and the individual deprived of liberty

Francisca Liliana Martins de Sousa   

Jefferson Nunes Veras   

Maria Giovanna Guedes Farias   

Resumo

Objetiva tratar o ambiente da prisão como um campo fértil para estudos na Ciência da Informação e as possíveis contribuições da área para as pessoas em privação de liberdade. Destarte, por meio de revisão de literatura pautada nos pressupostos teóricos da área, com ênfase no paradigma social, visou apresentar os sujeitos em privação de liberdade como pessoas que necessitam e têm direito ao acesso à informação, utilizando a mediação como possibilidade de favorecer o retorno dessas pessoas ao convívio em liberdade. Deste modo, contextualiza-se a informação no ambiente prisional e defende-se a pertinência da inclusão desses sujeitos na agenda de pesquisa da Ciência da Informação, sob o pressuposto do seu caráter social. Os resultados demonstram que esta área do conhecimento, pode contribuir efetivamente para uma melhor compreensão dos fenômenos informacionais que permeiam o ambiente prisional. Pautado na mediação da informação há possibilidades de desenvolver ações que promovam a melhoria do acesso, uso e apropriação da informação, podendo possibilitar o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos sujeitos privados de liberdade, favorecendo a vivência no cárcere e o retorno à sociedade. Conclui-se que a inclusão desses sujeitos informacionais na agenda de pesquisa da Ciência da Informação, poderá contribuir para minorar a exclusão informacional vivenciada nos estabelecimentos penais e ampliar o horizonte de ações desenvolvidas em prol de auxiliar na inclusão social das pessoas em privação de liberdade.

Palavras-chave: Ciência da Informação; indivíduo em privação de liberdade; sujeito informacional; mediação da informação.

Abstract

It aims to present the prison environment as a fertile field for studies in Information Science and the possible contributions of the area for people deprived of liberty. Thus, through a literature review based on the theoretical assumptions of the area with an emphasis on the social paradigm, it aimed to present subjects in deprivation of liberty as people who formulate and have the right to access information, using mediation as a possibility to favor the return of these people to coexist in freedom. In this way, the information in the prison environment is contextualized and the relevance of including these subjects in the Information Science research agenda is



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 8, n. 2. p. 13-30, maio/ago. 2022. ISSN 2447-0120. DOI [10.56837/fr.2022.v8.n2.766](https://doi.org/10.56837/fr.2022.v8.n2.766).

defended, under the assumption of its social character. The results demonstrate that this area of knowledge can contribute to a better understanding of the informational elements that permeate the prison environment, and based on the mediation of information, there are possibilities to develop actions that promote the improvement of access, use and appropriation of information, which may enable the personal, professional and social development of the subjects of freedom, favoring the life in prison and the return to society. It is concluded that the inclusion of informational objects in the Information Science research agenda can contribute to alleviate the informational exclusion experienced in prisons and broaden the horizon of actions developed in favor of assisting in the social inclusion of people deprived of freedom.

Keywords: Information Science; individual deprived of liberty; informational subject; mediation of information.

1 Introdução

A problemática vivenciada no sistema prisional brasileiro é pública e notória, engloba diversos problemas como a superlotação dos espaços destinados ao encarceramento, a falta de suprimentos básicos para a higiene pessoal dos apenados, a reinserção social ineficaz, dentre outros. A população prisional brasileira, conforme revela o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), em 2020 já ultrapassa 750 mil indivíduos encarcerados nos diversos estabelecimentos penais do país. Esse contingente apresentado evidencia de forma hegemônica a dimensão da massa carcerária do país (BRASIL, 2020).

Os números revelam a dimensão da quantidade de indivíduos que compõe a comunidade carcerária brasileira, e suscita ações que sejam efetivadas tanto na esfera governamental quanto pela sociedade civil, com vistas a atenuar os efeitos da privação de liberdade, bem como, possibilitar que o retorno ao convívio social desses sujeitos seja efetivo, diminuindo a chance de reincidência.

Os estudos que englobam os indivíduos em privação de liberdade fazem parte da abordagem de pesquisas de diversas áreas do conhecimento, na Ciência da Informação (CI) brasileira essa temática ainda é pouco investigada. No entanto, desde 2017 com a inclusão o Grupo de Trabalho de Biblioteca Prisional no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, bem como, com a criação da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) pela Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (Febab), o tema tem ganhado maior destaque nesse campo científico.

Um maior debate no campo científico possibilita compreender, por exemplo, que ao adentrar no sistema prisional, o sujeito somente perde o direito ao convívio na sociedade liberta, passando a conviver em um ambiente fechado, todavia, essa privação de liberdade não deve incidir na perda do direito sociais, dentre os quais

cabe mencionar o acesso à informação, o qual para pessoas encarceradas tem limitações quanto às normas que regulamentam a sociedade reclusa. Mesmo assim, entendemos que as pessoas que estão submetidas ao ambiente prisional precisam de diversos tipos de informação, seja para satisfazer suas necessidades enquanto estão reclusas ou mesmo para seu retorno ao convívio social.

A informação na sociedade contemporânea é considerada um bem indispensável para desenvolvimento integral dos sujeitos, esse valor atribuído perpassa os diversos ambientes de interação social. No entanto, o simples acesso à informação não resulta necessariamente em mudança individual ou de uma comunidade, é essencial que as informações sejam ressignificadas e possam resultar no acréscimo de conhecimento. Nesse contexto, a CI como uma ciência social, que tem como objeto de estudo a informação em todos os seus meandros, pode contribuir para a melhoria de ações voltadas aos sujeitos privados de liberdade, atuando para o combate à exclusão informacional vivenciada no ambiente da prisão.

Portanto, consideramos que a inserção desses sujeitos na agenda de pesquisa da CI, pode possibilitar o desenvolvimento social e informacional desses indivíduos. Assim, pautados na abordagem social, temos como objetivo abordar a população carcerária enquanto comunidade que produz, usa, dissemina e necessita de informação, e desta forma, é um campo fértil para a atuação da nossa área.

Quanto à metodologia adotada, trata-se de uma revisão de literatura com ênfase na abordagem social da CI, que forneceu o embasamento teórico para a discussão da temática por meio do levantamento de estudos anteriores. Nesse sentido, a partir da seleção das produções consideradas pertinentes para a construção do referencial teórico desta pesquisa, foi possível contextualizar, problematizar, sintetizar e apontar perspectivas para a temática abordada.

2 Ciência da Informação: uma breve síntese histórica

Ao remontar à origem da CI, percebemos uma confluência de outros campos do conhecimento que contribuíram para o seu desenvolvimento, como, por exemplo, a Biblioteconomia, a Bibliografia e a Documentação, que, segundo Hjørland (2017), podem ser consideradas enquanto campos predecessores da CI, fornecendo subsídios para o seu surgimento.

A Bibliografia desenvolveu-se com o crescimento da produção de materiais impressos e a necessidade de coletar, organizar e acessar esses conteúdos *a posteriori*. Desse modo, aproximadamente no século XVII, a produção das Bibliografias buscava suprir as necessidades científicas da época, adquirindo cada vez mais uma característica documental. Salientamos que a propagação intensa do livro foi um fator determinante para a ampliação da ideia de documento impresso. A Documentação surge com o intuito de ampliar a concepção de Bibliografía (MOREIRO GONZÁLEZ, 1998).

Com os desdobramentos decorrentes da maneira como a informação e o conhecimento estavam sendo produzidos no mundo em meados dos séculos XIX e XX, que gerou uma explosão informacional e desencadeou a necessidade de que as informações fossem tratadas para serem disseminadas e recuperadas para atender as demandas informacionais vigentes, as técnicas da Biblioteconomia oferecem o aporte necessário para isso. Nesse sentido, conforme Shera (1980), a Documentação apropriou-se das técnicas da Biblioteconomia para fundamentar suas principais atividades. Diante deste cenário, caminhávamos para o despontar da CI (MOREIRO GONZÁLEZ, 1998).

Considerando essa conjuntura de campos do conhecimento para o nascer da CI, Hjørland (2017) aponta que podemos caracterizá-la como parte de uma família de campos que visam fornecer serviços, sistemas e suportes ideais para diversos grupos de usuários. Com isso, entendemos a multiplicidade de sujeitos que a área pode abarcar.

O primeiro indício do que seria a CI, segundo Wersig e Neverling (1975), data de 1950, quando a informação passa a ser vislumbrada por diversas áreas, dentre as quais podemos citar: Ciência da Computação, Biblioteconomia, Filosofia, Taxonomia, Linguística, Teoria da Informação, Cibernética e a Matemática, com interesses diferentes necessitam ter domínio sobre ela. Já de acordo com Hjørland, (2002), o surgimento da CI remonta a 1955, tendo como pilar a teoria da informação de Claude Shannon (1948).

No entendimento de González de Gómez (2000, p. 2), o surgimento da CI ocorre em um contexto

[...] de transformações das sociedades contemporâneas, que passaram a considerar o conhecimento, a comunicação os sistemas de significados e usos da linguagem como objeto de pesquisa científica e domínios de intervenção.

Portanto, um cenário de intensa produção de conhecimentos.

Para Capurro (2003), a CI tem sua origem a partir da explosão informacional, e a mesma fundamentou-se na Biblioteconomia clássica, bem como, na Computação Digital. Nesse contexto, a primeira incide sobre os processos técnicos, já a segunda volta-se para um viés de transmissão de mensagens, com vistas a um caráter humanístico e social.

Segundo Saracevic (1995) existem três características básicas que compõem a CI, são elas: sua natureza interdisciplinar, sua conexão com as tecnologias da informação e sua participação ativa na sociedade da informação. Quanto à característica interdisciplinar da área, inferimos que entre os autores que estudam a epistemologia da CI há um certo consenso quanto ao caráter interdisciplinar da área. Ao defender a interdisciplinaridade do campo, pesquisadores destacam que a importância da interação entre os campos, resulta em insumos para compreender os fenômenos que permeiam o objeto de estudo da área.

No decorrer da história da CI, alguns eventos foram importantes para promover o seu desenvolvimento como campo científico, dentre eles, destacamos as conferências realizadas no *Georgia Technology Institute*, bem como os artigos de Taylor (1966) e Borko (1968), que forneceram uma primeira definição ao campo.

Ao analisar a literatura da CI, percebemos a busca por um arcabouço teórico que proporcionasse à área uma legitimação científica. Desse modo, a teoria da informação foi vislumbrada dentro desse campo como uma possibilidade real para isso, onde a informação era estudada em uma perspectiva linear e pragmática, que podia ser medida em '*bits*', onde a informação era transmitida de um emissor para receptor sem sofrer interferências no percurso. Com isso, mesmo diante da expectativa que a teoria gerou, com o tempo acabou por perder a hegemonia dentro do campo. Essa teoria, mais tarde, foi caracterizada por Capurro (2003) como paradigma físico.

Surge na CI a teoria cognitiva ou teoria computacional da mente que, conforme Hjørland (2017), assim como a teoria da informação, foi recebida pelo campo com grandes expectativas. Nessa abordagem, o foco nos processos inclui sistemas e os sujeitos, a mente humana funcionando como um processador. O processamento da informação na mente seria executado como ocorre em computadores. Isso trouxe para a área uma visão da informação como fruto de uma necessidade, e o conhecimento seria construído a partir do suprimento das

necessidades de informação. Essa teoria sofreu muitas críticas dentro da CI por considerar os humanos como dispositivos de processamento de informação e por desconsiderar os aspectos sociais, culturais e históricos na construção do conhecimento. Capurro (2003) denominou essa teoria de paradigma cognitivo.

Diante das limitações apresentadas pelas duas teorias anteriores, surge uma vertente dentro da CI que defende que a informação deve ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica, cultural e social, que é nessa interação que o fenômeno informacional ocorre. A abordagem social permite pensar o sujeito em grupos e ambientes específicos. Para Hjørland (2017) a abordagem social possibilita a ampliação da visão do campo, pois permite variados tipos de abordagens como históricas, filosóficas, construtivistas, dentre outras. Essa teoria social tem predominado no campo da CI e tem viabilizado uma maior interdisciplinaridade. Em análise a essa teoria, assim como ocorreu com a matemática e cognitiva, Capurro (2003) caracterizou como paradigma social.

É importante salientar a relevância dessas três teorias no campo científico da CI, e que cada uma representou um avanço para área, e que cada uma delas possibilitaram o desenvolvimento científico conforme o contexto e as necessidades do campo para a época.

2.1 A informação sob o paradigma social da Ciência da Informação

O conceito de informação permeia o universo da pesquisa de diversas áreas do conhecimento, tendo sua conceituação aplicada segundo o contexto e objetivos desses respectivos campos. Nesse sentido, Capurro (2007, p. 153) explicita que “o uso atual em outros campos torna impossível manter essa palavra [informação] como um termo profissional formalmente definido em nosso campo sem que exista algum risco de confusão”. O autor acredita que o uso do conceito em outras áreas como Sociologia e Engenharia, por exemplo, contribui para o fortalecimento do estatuto científico da CI.

A busca por uma definição e aplicação do conceito de informação no contexto da CI, suscitou ao longo do tempo muitas pesquisas dentro deste campo científico. Mesmo considerando a complexidade que envolve o termo, diversos autores formularam conceituações para esse fenômeno, conceitos que convergindo ou divergindo contribuíram para avanços na compreensão do mesmo. Esses conceitos foram estabelecidos a seu tempo, conforme as exigências e ou objetivos da área como já foi explicitado. Dentre esses autores,

nos ateremos as definições de informação na perspectiva social de Hjørland (2017) e Capurro (2003).

Na publicação intitulada "*Domain analysis in information Science*", Hjørland (2002) aborda a informação perante uma perspectiva social no contexto da análise de domínio e comunidade discursivas. Nesse contexto, na definição do autor, a informação deve ser pensada a partir das relações entre diferentes discursos, do conhecimento produzido nos diversos campos científicos e dos documentos, considerando a diversidade dos usuários e comunidades. Denotamos então, que a informação deve responder a diferentes propósitos e públicos.

Nessa mesma vertente, ao tratar da natureza da informação no contexto da abordagem social, Capurro (2007) defende que se deve investigá-la considerando as necessidades humanas de informação, apontando que:

[...] informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo [...] (CAPURRO, 2007, p. 187).

Na visão do autor, o conceito de informação deve considerar as necessidades dos indivíduos que precisam ser respondidas, sejam elas de cunho coletivo ou particular. Nessa perspectiva, Capurro (2007) enfatiza que na CI o termo informação deveria ser usado tendo sempre em mente que a informação é o que é informativo para uma determinada pessoa.

Assim, temos que a definição do que pode se caracterizar como informativo está atrelada à interpretação, quer dizer, à habilidade do indivíduo em atribuir significado conforme o contexto. Esse pressuposto converge para o entendimento do conceito de informação formulado por Brenda Dervin (1992), que define a informação como sendo aquilo que faz sentido ao sujeito, considerando as suas experiências.

Ainda sobre a natureza da informação sob o auspício do paradigma social, e como esta pode favorecer a modificação do conhecimento dos sujeitos em privação de liberdade, é possível inferir que somente o contato com a informação não resulta em mudança da realidade, conforme assevera Araújo (2001) para isso, é preciso haver atribuição de sentido e representação, ou seja, recepção, geração e transferência, para que o fenômeno informacional se desenvolva.

Sobre a ação que a informação deve promover, Barreto (2002, *apud* CAPURRO, 2003) assinala que o objetivo do trabalho com a informação é promover o desenvolvimento individual ou coletivo na sociedade, oportunizado pela informação, que resulta no fortalecimento do bem-estar e no novo estágio de convivência por meio da ação de mediação da informação.

No contexto do paradigma social, a informação e o conhecimento são considerados uma resultante de uma construção coletiva dos sujeitos informacionais, conforme definido por Araújo (2010, p. 97) “[...] é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva”. Desse modo, para compreender o sujeito informacional é necessário considerar essa confluência individual e social.

Considerando o panorama apresentado acerca da informação no âmbito da abordagem social, corrobora-se com o entendimento de Barreto (2002, p. 49) que conceitua a informação como “[...] um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro”. Caracterizando-a como instrumento para o desenvolvimento humano e social.

Diante do exposto, constatamos que a abordagem social da CI amplia o escopo de estudos da área, possibilitando que diversos grupos sociais possam ser inseridos no contexto do campo. Atividades como mediação da informação e da leitura, estudos de usuários, desenvolvimento de serviços de informação dentre outros, realizadas no âmbito da CI contribui para melhorar realidades principalmente de comunidades marginalizadas.

2.2 Informação no contexto prisional

A questão do valor da informação na sociedade contemporânea é discutida nas diversas áreas do conhecimento. No contexto prisional vem aos poucos ganhando espaço em campos como a Biblioteconomia e CI, com estudos que buscam compreender a mediação da informação no cárcere, assim como identificar como a temática dos indivíduos em privação de liberdade está sendo discutida nessas respectivas áreas do conhecimento (SOUSA, 2020).

Acreditamos que discutir a informação no âmbito das pessoas presas é indispensável, para possibilitar que esses sujeitos possam ter condições de

dispor de dispositivos informacionais que possam favorecer o desenvolvimento pessoal e profissional dessas pessoas, considerando que na sociedade contemporânea a informação pode ser considerada um bem com valor indispensável para que haja modificações sociais. No entanto, é notável que existem comunidades que continuam sem acesso à informação e sem as possibilidades de aplicar os conhecimentos em prol do seu desenvolvimento social, dentre essas, destaca-se as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais brasileiros.

Para dispor de informação nos estabelecimentos prisionais é necessário considerar que se trata de um universo permeado por sujeitos com especificidades que os une e os separa, pois mesmo vivenciando juntos o processo de aprisionamento, cada indivíduo tem necessidades, perspectivas e percepções diferentes, são as singularidades que particularizam cada ser humano. Além disso, existem as normas que regulamentam a vida das pessoas que adentram aos estabelecimentos penais, são questões essenciais que precisam ser consideradas no acesso à informação para essa significativa parcela da população.

O Brasil ocupa hoje o quarto lugar entre os países com maior população carcerária no mundo, sendo superado apenas por Estados Unidos, China e Rússia. É importante salientar que ao perderem a liberdade, essas pessoas não perdem o direito de obter informações para suprir as mais diversas necessidades. Em um estudo realizado por Ajogwu (2006) foi constatado que os presos necessitam de informações variadas, tais como de caráter jurídico, religioso, sanitário, educacional, lúdico e financeiro. Eles também precisam adquirir qualificação, desenvolvendo habilidades profissionais que podem ajudá-los na reinserção social.

O reconhecimento dos direitos dos presos à informação está contido nas regras mínimas para o tratamento dos indivíduos encarcerados pela Organização das Nações Unidas desde 1955, na regra 40 é definido que os estabelecimentos penais devem possuir uma biblioteca e devem incentivar o seu uso pelos presos. A Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) assegura o direito à educação e à leitura a toda população em privação de liberdade. Quatro anos depois a Constituição Federal (BRASIL, 1988) ratificou esse direito ao estabelecer que a todos é assegurado o acesso à informação e à educação. Além disso, a carta para o Leitor (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA, 1995) pelo Comitê Internacional do Livro da Unesco afirma que todos

os prisioneiros têm o direito ao acesso à informação, e as bibliotecas que fornecem esse acesso devem estar localizadas dentro da prisão.

A biblioteca prisional foi instituída como um instrumento de atuação no contexto prisional para o fornecimento de informações às pessoas encarceradas. No Brasil, é estabelecida por lei desde 1984. No entanto, esse instrumento continua sendo relegado pelos governantes em todo o país. Segundo a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) somente 33% dos estabelecimentos penais dispõe de bibliotecas (COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS PRISIONAIS, 2017, online).

A implementação efetiva da biblioteca nos estabelecimentos penais poderia contribuir para diminuição da exclusão informacional da comunidade encarcerada, possibilitando a formulação de serviços de informação que contemplem as reais necessidades desses sujeitos informacionais.

Promover o acesso à informação no ambiente prisional é contribuir para reduzir as desigualdades que assolam o universo das prisões. Mas, para que a informação promova efetivamente a redução das desigualdades, segundo Brennan (2012, p. 204) ela deve ser baseada em uma “[...] ampla política educacional e de formação continuada, onde a informação seja o pilar de uma rede de inteligência coletiva que maximize as oportunidades sociais”. Política que não é aplicada às bibliotecas dos estabelecimentos penais, que conforme constatada por Sousa (2017) funcionam de forma improvisadas, sem estrutura física adequada, nem recursos materiais e humanos.

Falar de acesso à informação e oportunidades sociais para os sujeitos privados de liberdade soa para alguns segmentos da sociedade como um privilégio. No entanto, trata-se de oportunizar que ao retornar ao convívio social o sujeito não seja levado a reincidir. Além disso, há muito se sabe que a prisão somente como punição não combate à criminalidade, basta observar o crescimento da população carcerária a cada levantamento penitenciário.

Os diversos segmentos podem contribuir para que o sujeito encarcerado tenha possibilidade de reinserção social, sejam os governantes ou a comunidade em geral. Quanto aos campos de conhecimento, e a produção de pesquisas científicas e projetos sociais que envolvem o sujeito privado de liberdade no Brasil, verificamos que algumas áreas já desenvolvem pesquisas voltadas para

esse público, é o caso do Direito, Sociologia, Saúde, Psicologia, Serviço Social, esses estudos acabam por gerar algumas ações em prol desses indivíduos. Destarte, ainda persiste um abismo entre a comunidade carcerária e algumas áreas do conhecimento, é o caso da CI. Fato comprovado ao pesquisar a temática e verificar as poucas pesquisas na área. Partido da premissa que a informação pode modificar realidades, acreditamos que esse campo tem muito a contribuir, seja com pesquisas ou ações de informação construída com e para as pessoas nas prisões.

A falta de informação para a comunidade carcerária pode limitar o desenvolvimento do sujeito, visto que os efeitos da prisão ampliam as desigualdades e a exclusão informacional, e influênciam o uso, a produção e a busca por informações no cárcere, resultando no que foi definido por Chatman (1996) como “pobreza informacional”.

A teoria da pobreza informacional de Chatman (1996) define que o estado empobrecido de informação se baseia em quatro conceitos que formam a base de um mundo da informação empobrecida, a saber, decepção (distorção da verdade), tomada de risco (aversão ao risco), sigilo (restrição intencional) e relevância situacional (utilidade imediata). Assim, os sujeitos acreditam em um estado de informação imutável, devido às supressões a qual estão expostos cotidianamente, conformam-se em não obter as informações que precisam.

Outro fator destacado por Chatman, ao realizar uma pesquisa em uma penitenciária feminina, é que, mesmo com as limitações impostas pelas regras do cárcere, as mulheres mantinham um certo tipo de compartilhamento de informação entre elas, as mulheres consideravam que as informações geradas no cárcere tinham mais valor do que as informações obtidas externamente (CHATMAN, 1999).

Isso revela uma valorização das informações produzidas no meio prisional, e também mostra que o universo dos indivíduos encarcerados é influenciado pelas interações internas e externas ao meio. Com isso, percebemos que as pessoas encarceradas continuam produzindo, usando e disseminando informações.

O ambiente prisional é formado por uma diversidade de sujeitos encarcerados e pelos profissionais que trabalham nesses estabelecimentos, é um campo fértil de interações, que resulta na produção, disseminação e uso da informação. Podemos dizer que temos em paralelo um ambiente de informação e de

exclusão. Diante disso, as reflexões geradas no campo da CI podem ressignificar essa realidade.

Portanto, compreender as interações que emanam os processos informacionais no ambiente prisional é necessário, sem isso, a disponibilização de informação não resultará em transformações, as ações de informação em qualquer contexto, incluindo o da prisão, precisa possibilitar aos sujeitos a construção de significados, apropriação e aplicação no contexto a qual estão inseridos. Tem-se na mediação da informação uma ação de intervenção que pode favorecer a efetividade de ações informacionais, e assim, atuar para atender as necessidades de informação, para auxiliar no processo de educação formal e no incentivo à leitura para essa comunidade.

3 Mediação da informação

Quando tratamos de acesso, uso e apropriação da informação para pessoas em privação de liberdade no Brasil, logo, têm-se a sensação de ser algo distante da realidade do país, ao considerar as condições vivenciadas pela população prisional. Entretanto, desde 1984 com a Lei de Execução Penal e mais adiante em 1988 com a Constituição Federal foi assegurada a garantia da biblioteca prisional nesse ambiente.

Diante disso, cabe desenvolver ações que favoreçam a construção do conhecimento e subsidiem o sujeito a construir significados, que possam suprir mesmo que de forma parcial as suas necessidades de informação. No entanto, para que as ações desenvolvidas no âmbito da biblioteca prisional possam resultar em mudanças significativas para os apenados, têm-se nas ações pautadas na mediação da informação a possibilidade de favorecer a construção do conhecimento e aplicá-lo, gerando mudanças no desenvolvimento pessoal e social.

O conceito de mediação da informação segundo Almeida Júnior (2015, p. 25) é, “toda interferência realizada pelo profissional da informação, direta ou indireta, que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional [...]”. A atuação do mediador deve pautar-se em desenvolver a ação com e para o sujeito ou a comunidade, considerando que os sujeitos devem ser os atores principais nessa intervenção.

No entendimento de D’Ávila (2001, p. 45) a mediação é um processo de construção de significado, que ocorre nas interações sociais, em um

determinado contexto sócio-histórico. O autor esclarece que o processo de mediar significa “[...] intervir no outro polo, transformando o sentido da intervenção sob inúmeras formas, desde as modalidades mais amplas - como a mediação sociopolítica”. Nesse sentido, entendemos que o ato de mediar resulta de uma articulação entre o todo e as partes.

Toda ação de informação deve considerar o contexto social no qual estão inseridos os sujeitos. Esse contexto irá moldar a prática e o comportamento informacional do indivíduo. Não se deve pensar, em uma ação sem considerar as potencialidades e a participação dos sujeitos na construção da ação mediada. Esse processo verticalizado, onde as ações são impostas às pessoas sem que elas sejam ouvidas e participem ativamente na sua efetivação, não deve ser configurado como mediação da informação.

Para que ocorra a mediação da informação é necessário que haja a apropriação da informação pelo sujeito. Nessa perspectiva, Varela, Barbosa e Farias (2014) compreendem que o mediador deve ser capaz de localizar as “brechas cognitivas” dos indivíduos interagentes, e, em seguida, é preciso intervir no intuito de preencher essas lacunas. O mediador tem a função de fornecer as condições necessárias, para que os agentes mediadores consigam atingir seus intentos. Com isso, percebemos a complexidade que envolve a mediação da informação, para que a mesma possibilite a autonomia dos sujeitos como protagonistas de ações.

Portanto, entendemos que conforme determina o ordenamento jurídico brasileiro, a prisão também deve ser um espaço de educação, de acesso à informação e de construção de conhecimento. Nesse sentido, acreditamos que a mediação da informação também pode voltar-se para o processo educativo, visando promover a aprendizagem dos sujeitos, atividade esta, que deve ser essencial nas prisões brasileiras, considerando o baixo nível de escolaridade da maioria da população carcerária. Perante o exposto, percebemos, a importância da mediação no contexto prisional como uma possibilidade de combate à exclusão informacional, como um processo que pode contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e educacional da pessoa presa.

Diante do exposto, inferimos que pautada no papel social que a CI tem para com a sociedade, este campo tem muito a contribuir para que a população em privação de liberdade possa dispor de ações que favoreçam um retorno à vida em liberdade mais efetivo. Entendemos que uma atuação mais efetiva da área, não representa um processo salvacionista, mas uma junção de esforços com

outros campos do conhecimento que já atuam no ambiente prisional, para que possam dar as condições necessárias às pessoas em privação de liberdade, de obter novas perspectivas para o seu retorno à sociedade.

4 Considerações finais

Frente ao valor que o acesso, uso e apropriação da informação exerce nas mais variadas esferas da sociedade e considerando que a CI enquanto uma ciência social pode promover estudos nos diversos ambientes informacionais, destaca-se a importância da inclusão dos sujeitos informacionais encarcerados no âmbito desse campo do conhecimento.

O estudo dessa população poderá produzir subsídios para compreender suas necessidades, seus comportamentos, suas práticas informacionais e, assim, fornecer informações que possam ser úteis para o enfrentar o período de encarceramento e/ou para o seu retorno ao convívio social.

A inclusão dos sujeitos informacionais na agenda de pesquisa da CI poderá contribuir para minorar a exclusão informacional, enfrentada nos estabelecimentos penais, identificando as interações sociais existentes nesse ambiente que ainda é pouco explorado nas pesquisas desenvolvidas na área.

A CI se estabeleceu como um campo do conhecimento interdisciplinar, o que já lhe incute a interação com outras áreas para o desenvolvimento científico e social. A abordagem pautada no paradigma social em consonância com a interdisciplinaridade, permitiu ao campo inserir comunidades diversas, compreender processos infocomunicacionais em diferentes ambientes, romper fronteiras, abrindo-se para novas práticas e ampliando o seu horizonte de pesquisas.

Portanto, a inserção dessa comunidade nas pesquisas desenvolvidas na CI, pode ser efetivada por meio de um campo de estudos e práticas profissionais, que tem a cada dia obtido mais espaço no âmbito da Ciência da Informação, favorecendo a ampliação das discussões sobre a informação e suas práticas em contextos variados. Diante disso, acreditamos que a mesma pode contribuir para promover o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos sujeitos, a exemplo dos que estão privados de liberdade.

Referências

- AJOGWU, Margareth Nwakaego. The role of Non-Governmental organizations (NGOs) in providing library and information services to two disadvantaged groups in Nigeria. **Global Review of Library and Information Science**, Nigéria, v. 2, p. 78-89, 2006. Disponível em: [http://www.unn.edu.ng/publications/files/The%20Role%20of%20Non%20Governmental%20rganizations%20\(NGOS\).pdf](http://www.unn.edu.ng/publications/files/The%20Role%20of%20Non%20Governmental%20rganizations%20(NGOS).pdf). Acesso em: 30 ago. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero**, [S.l.], v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5227>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na ciência da informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/01/pdf_d877584296_0014353.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Transferência da informação para o conhecimento. *In*: AQUINO, Mírian de Albuquerque. (org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 49-57.
- BORKO, Harold. Information Science: What is it?. **American Documentation**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://goo.gl/S8BSGI>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, período de janeiro a junho de 2020**. Brasília, DF: SISDEPEN, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMjU3Y2RjNjctODQzMi00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmlzMzk1liwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWEyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. Uma nova política de civilização: a sociedade informacional. *In*: AQUINO, Mírian de Albuquerque. (org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 199-208.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 2 maio. 2019.

CAPURRO, Rafael. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CHATMAN, Elfreda A. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996. Disponível em: <https://tefkos.cominfo.rutgers.edu/Courses/612/Articles/ChatmanOutsiders.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2019.

CHATMAN, Elfreda A. Theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 50, n. 3, p. 207-217, 1999. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.83.4478&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 maio. 2019.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS PRISIONAIS. Comissão brasileira de bibliotecas prisionais. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/qYgEjh>. Acesso em: 10 maio. 2019.

D'ÁVILA, Cristina Maria. **Decifra-me ou te devoro**: o que pode o professor frente ao manual escolar? 410f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

DERVIN, Brenda. From the mind's eye of the user: The Sense-Making qualitative-quantitative methodology. *In*: GLAZIER, Jack D.; POWELL, Ronald R. (eds.). **Qualitative research in information management**. Englewood, CO: Libraries Unlimited, p.61-84. 1992.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo de Ciência da Informação. **DataGramaZero**: Revista em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, out. 2000. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science. Eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, Birger. **Theoretical development of information science**: a brief history. University of Copenhagen, Copenhagen, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/tdeTWJ>. Acesso em: 26 maio. 2019.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Medellín: Universidad de Antioquia, 1998.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinarity nature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. Carta do livro. Bruxelas: Ateliê editorial, 1995.

SHANNON, Claude Elwood. A Mathematical Theory of Communication. **The Bell System Technical Journal**, [S.l.], v. 27, n.3, p. 379-423, jul. 1948. Disponível em: <https://people.math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SHERA, Jesse H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha. (org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de. **Biblioteca Prisional No Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa**: cenário e possibilidades em prol da reinserção social. 2017. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32104>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Vulnerabilidade social e mediação da informação no contexto prisional: inter-relações e percepções. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1319>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TAYLOR, Robert Saxton. Professional aspects of information science and technology. In: CUADRA, Carlos. (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. New York: John Willey & Sons, 1966.

WERSIG, Gemot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science: **The Information Scientist**, [S.l.], v. 9, n. 4, 1975.

VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediações em múltiplas abordagens. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 138-170, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34043>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Sobre a autoria

Francisca Liliana Martins de Sousa

Mestra em Ciência da Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Ceará (PPGCI/UFC). Bibliotecária Documentalista da UFC Campus Crateús.

lilianams@crateus.ufc.br

Jefferson Nunes Veras

Doutor em Ciência da Informação, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Prof. do Departamento de Ciência da Informação da UFC.

jefferson.veras@yahoo.com.br

Maria Giovanna Guedes Farias

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Prof^a do Departamento de Ciência da Informação da UFC.

mgiovannaguedes@gmail.com

Artigo submetido em: 09 ago. 2021.
Aceito em: 05 jan. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto

 **PPGB**

 folhaderosto@ufca.edu.br

 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.